



CONCURSO PÚBLICO 01/2016 – EBSERH/CH-UFPA
EDITAL Nº 04 – EBSERH – ÁREA ADMINISTRATIVA
NÍVEL SUPERIOR – TARDE

ADVOGADO

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

**COMPOSIÇÃO DO CADERNO
DE QUESTÕES**

Língua Portuguesa 01 a 10

Raciocínio Lógico e Matemático 11 a 15

Legislação Aplicada à EBSERH 16 a 20

Legislação Aplicada ao SUS 21 a 25

Conhecimentos Específicos 26 a 50

INSTRUÇÕES

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o emprego corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas. A Folha de Respostas deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.



------(destaque aqui)-----

Gabarito Rascunho
CONCURSO PÚBLICO 01/2016 – EBSEH/CH-UFGA

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Resp.																										
Questão	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
Resp.																										

**O que é ética hoje?
Sem uma discussão lúcida sobre a ética não é possível agir com ética**

Marcia Tiburi

A palavra ética aparece em muitos contextos de nossas vidas. Falamos sobre ética em tom de clamor por salvação. Cheios de esperança, alguns com certa empáfia, exigimos ou reclamamos da falta de ética, mas não sabemos exatamente o que queremos dizer com isso. Há um desejo de ética, mas mesmo em relação a ele não conseguimos avançar com ética. Este é nosso primeiro grande problema.

O que falta na abordagem sobre ética é justamente o que nos levaria a sermos éticos. Falta reflexão, falta pensamento crítico, falta entender “o que é” agir e “como” se deve agir. Com tais perguntas é que a ética inicia. Para que ela inicie é preciso sair da mera indignação moral baseada em emoções passageiras, que tantos acham magnífico expor, e chegar à reflexão ética. Aqueles que expõem suas emoções se mostram como pessoas sensíveis, bondosas, creem-se como antecipadamente éticos porque emotivos. Porém, não basta. As emoções em relação à política, à miséria ou à violência, passam e tudo continua como antes. A passagem das emoções indignadas para a elaboração de uma sensibilidade elaborada que possa sustentar a ação boa e justa - o foco de qualquer ética desde sempre - é o que está em jogo.

Falta, para isso, entendimento. Ou seja, compreensão de um sentido comum na nossa reivindicação pela ética. Falta, para se chegar a isso, que haja diálogo, ou seja, capacidade de expor e de ouvir o que a ética pode ser. Clamamos pela ética, mas não sabemos conversar. E para que haja ética é preciso diálogo. E, por isso, permanecemos num círculo vicioso em que só a inação e a ignorância triunfam.

Na inanição intelectual em voga, esperamos que os cultos, os intelectuais, os professores, os jornalistas, todos os que constroem a opinião pública, tragam respostas. Nem estes podem ajudar muito, pois desconhecem ou evitam a profundidade da questão. Há, neste contexto, quem pense que ser corrupto não exclui a ética. E isso não é opinião de ignorantes que não frequentaram escola alguma, mas de muitos ditos “cultos” e “inteligentes”. Quem hoje se preocupa em entender do que se trata? Quem

se preocupa em não cair na contradição entre teoria e prática? Em discutir ética para além dos códigos de ética das profissões pensando-a como princípio que deve reger nossas relações?

Exatamente pela falta de compreensão do seu fundamento, do que significa a ética como elemento estrutural para cada um como pessoa e para a sociedade como um todo, é que perdemos de vista a possibilidade de uma realização da ética. A ética não entra em nossas vidas porque nem bem sabemos o que deveria entrar. Nem sabemos como. Mas quando perguntamos pela ética, em geral, é pelo “como fazemos para sermos éticos” que tudo começa. Aí começa também o erro em relação à ética. Pois ético é o que ultrapassa o mero uso que podemos fazer da própria ética quando se trata de sobreviver. Ética é o que diz respeito ao modo de nos comportarmos e decidirmos nosso convívio e o modo como partilhamos valores e a própria liberdade. Ela é o sentido da convivência, mais do que o já tão importante respeito do limite próprio e alheio. Portanto, desde que ela diz respeito à relação entre um “eu” e um “tu”, ela envolve pensar o outro, o seu lugar, sua vida, sua potencialidade, seus direitos, como eu o vejo e como posso defendê-lo.

A Ética permanece, porém, sendo uma palavra vã, que usamos a esmo, sem pensar no conteúdo que ela carrega. Ninguém é ético só porque quer parecer ético. Ninguém é ético porque discorda do que se faz contra a ética. Só é ético aquele que enfrenta o limite da própria ação, da racionalidade que a sustenta e luta pela construção de uma sensibilidade que possa dar sentido à felicidade. Mas esta é mais do que satisfação na vida privada. A felicidade de que se trata é a “felicidade política”, ou seja, a vida justa e boa no universo público. A ética quando surgiu na antiguidade tinha este ideal. A felicidade na vida privada – que hoje também se tornou debate em torno do qual cresce a ignorância - depende disso.

Por isso, antes de mais nada, a urgência que se tornou essencial hoje – e que por isso mesmo, por ser essencial, muitos não percebem – é tratar a ética como um trabalho da lucidez quanto ao que estamos fazendo com nosso presente, mas sobretudo, com o que nele se planta e define o rumo futuro. Para isso é preciso renovar nossa capacidade de diálogo e propor um novo projeto de sociedade no qual o bem de todos esteja realmente em vista.

(<http://www.marciatiburi.com.br/textos/somoslivre.htm>)
Questões:

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- (A) A ética deve ser pensada individualmente, a partir de uma reflexão pessoal que não envolva a relação com o outro.
- (B) As respostas sobre uma vida ética se encontram na educação, na opinião pública, nas escolas, com os professores, os cultos e os intelectuais.
- (C) Os indivíduos não sabem exatamente o que é ética porque lhes faltam a crítica e o entendimento sobre esse assunto.
- (D) Indignar-se moralmente com o que acontece de errado na prática cotidiana seria um exemplo de como exercitar ética.
- (E) A prática ética se limita ao que é necessário para sobreviver.

QUESTÃO 02

De acordo com o texto, ainda há ignorância sobre a prática ética porque

- (A) apenas os intelectuais têm respostas sobre o assunto.
- (B) os indivíduos buscam a felicidade política ao invés da felicidade individual.
- (C) falta aos indivíduos envolver suas emoções com essa prática.
- (D) a ética entra em nossas vidas sem termos consciência desse processo.
- (E) falta diálogo e entendimento sobre isso.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] Falta, para se chegar a isso [...]”, poderia haver crase antes da palavra “isso”, uma vez que, pela regência, o verbo “chegar” exige a preposição “a”.
- (B) Em “[...] emoções em relação à política, à miséria ou à violência[...]”, o uso da crase é facultativo porque os termos “política”, “miséria” e “violência” estão em sequência.
- (C) Em “[...] ela diz respeito à relação entre um ‘eu’ e um ‘tu’ [...]”, o uso da crase se justifica porque o termo regente “respeito” exige preposição “a” e o termo regido “relação” é um substantivo feminino que pode ser antecedido pelo artigo “a”.
- (D) Em “[...] uma sensibilidade que possa dar sentido à felicidade [...]”, o uso da crase se justifica pela regência do verbo “possa”.
- (E) Em “[...] o que nos levaria a sermos éticos [...]”, poderia haver o emprego da crase antes do verbo “sermos”, já que antes de verbos o uso da crase é facultativo.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que todos os vocábulos tenham 6 fonemas.

- (A) Continua, passagem, grande.
- (B) Contra, quando, avançar.
- (C) Alheio, sempre, convívio.
- (D) Depende, exclui, avançar.
- (E) Valores, relação, sentido.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] E isso não é opinião de ignorantes que não frequentaram escola alguma, mas de muitos ditos ‘cultos’ e ‘inteligentes’ [...]”, as aspas em “cultos” e “inteligentes” foram utilizadas para marcar uma ironia.
- (B) Em “[...] O que falta na abordagem sobre ética é justamente o que nos levaria a sermos éticos. [...]”, há um eufemismo, marcado pelo termo “justamente”.
- (C) Em “[...] Ninguém é ético só porque quer parecer ético. [...]”, há hipérbole, marcada pelo termo “só”.
- (D) Em “[...] a urgência que se tornou essencial hoje – e que por isso mesmo, por ser essencial, muitos não percebem – é tratar a ética como um trabalho da lucidez [...]”, os travessões são utilizados para marcar uma metáfora.
- (E) Em “[...] A felicidade de que se trata é a ‘felicidade política’, ou seja, a vida justa e boa no universo público. [...]”, o termo “vida justa e boa” marca uma antítese.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] E isso não é opinião de ignorantes [...]”, o sujeito é simples, cujo núcleo é formado pelo pronome “isso”.
- (B) Em “[...] esperamos que os cultos, os intelectuais, os professores, os jornalistas, todos os que constroem a opinião pública, tragam respostas [...]”, o termo em destaque é complemento nominal dos elementos que o antecederem.
- (C) Em “[...] Falamos sobre ética em tom de clamor por salvação. [...]”, o sujeito é indeterminado.
- (D) Em “[...] evitam a profundidade da questão [...]”, a expressão em destaque é predicativo do sujeito.
- (E) Em “[...] é preciso diálogo [...]”, o termo “diálogo” é um objeto direto que complementa o termo “preciso”.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa correta.

- (A) O vocábulo “ética” recebe acento por seguir as mesmas regras de acentuação de “violência”, “empáfia” e “política”.
- (B) Os vocábulos “sensíveis”, “diálogo” e “ignorância” recebem acento por seguirem as mesmas regras de acentuação.
- (C) Os vocábulos “possível” e “códigos” têm a acentuação justificada pelo fato de que ambos são terminados em uma sílaba constituída por consoante-vogal-consoante.
- (D) O vocábulo “urgência”, recebe acento por seguir as mesmas regras de acentuação de “princípio”, “miséria” e “convívio”.
- (E) Os vocábulos “indignação”, “conteúdo” e “ninguém” são acentuados porque a sílaba tônica apresenta uma vogal nasal.

QUESTÃO 08

Em “[...] A passagem das emoções indignadas para a elaboração de uma sensibilidade elaborada que possa sustentar a ação boa e justa é o que está em jogo. [...]”,

- (A) o verbo “é” pode ser colocado no plural para concordar com o sujeito “emoções”. Assim, a frase ficaria: “[...] A passagem das emoções indignadas para a elaboração de uma sensibilidade elaborada que possa sustentar a ação boa e justa são o que está em jogo. [...]”
- (B) tem-se um período composto formado pela oração principal “A passagem das emoções indignadas para a elaboração de uma sensibilidade elaborada é o que está em jogo.” e pela oração subordinada “que possa sustentar a ação boa e justa”.
- (C) o termo “elaborada” poderia estar no plural para concordar com “emoções” e “sensibilidade”. Assim, a frase ficaria: “[...] A passagem das emoções indignadas para a elaboração de uma sensibilidade elaboradas que possa sustentar a ação boa e justa é o que está em jogo. [...]”
- (D) os termos “passagem”, “indignadas”, “elaboração” e “sensibilidade” são adjuntos adnominais do núcleo do sujeito “emoções”.
- (E) o sujeito da oração “que possa sustentar a ação boa e justa” é “a passagem das emoções indignadas”.

QUESTÃO 09

Em “[...] Cheios de esperança, alguns com certa empáfia, exigimos ou reclamamos da falta de ética, mas não sabemos exatamente o que queremos dizer com isso. [...]”, o vocábulo “empáfia” poderia ser substituído, sem causar alteração de sentido, por

- (A) presunção.
- (B) carência.
- (C) dúvida.
- (D) parcimônia.
- (E) estranheza.

QUESTÃO 10

O excerto “[...] um novo projeto de sociedade no qual o bem de todos esteja realmente em vista. [...]” pode ser reescrito, sem gerar prejuízos semânticos e morfossintáticos, da seguinte maneira:

- (A) “[...] um novo projeto de sociedade cujo o bem de todos esteja realmente em vista. [...]”
- (B) “[...] um novo projeto de sociedade em que o bem de todos esteja realmente em vista. [...]”
- (C) “[...] um novo projeto de sociedade cujo o qual o bem de todos esteja realmente em vista. [...]”
- (D) “[...] um novo projeto de sociedade sobre cujo o bem de todos esteja realmente em vista. [...]”
- (E) “[...] um novo projeto de sociedade aonde o bem de todos esteja realmente em vista. [...]”

QUESTÃO 11

Considere a sequência de letras do alfabeto iniciada pela letra F. Qual é o quinto termo dessa sequência?

- (A) I.
- (B) J.
- (C) K.
- (D) L.
- (E) M.

QUESTÃO 12

Uma bola azul tem o mesmo peso que cinco bolas brancas e uma bola branca tem o mesmo peso que 3 bolas amarelas. Sendo assim, a alternativa que apresenta o mesmo peso de 4 bolas azuis é

- (A) 30 bolas brancas.
- (B) 50 bolas amarelas.
- (C) 40 bolas brancas.
- (D) 10 bolas brancas e 20 bolas amarelas.
- (E) 10 bolas brancas e 30 bolas amarelas.

QUESTÃO 13

A negação de “Todas as pessoas gostam de ler livros de aventura” é

- (A) “Existem pessoas que não gostam de ler livros de aventura”.
- (B) “Nenhuma pessoa gosta de ler livros de aventura”.
- (C) “Todas as pessoas não gostam de ler livros de aventura”.
- (D) “Existe apenas uma pessoa que não gosta de ler livros de aventura”.
- (E) “Existe apenas uma pessoa que gosta de ler livros de aventura”.

QUESTÃO 14

Um homem deu de entrada R\$ 600,00 em uma geladeira e parcelou o restante em 4 vezes iguais sem juros. Sabendo que a entrada corresponde a 40% do valor total da geladeira, qual é o valor de cada parcela?

- (A) R\$ 1500,00.
- (B) R\$ 575,00.
- (C) R\$ 375,00.
- (D) R\$ 225,00.
- (E) R\$ 200,00.

QUESTÃO 15

Para saber sobre a preferência entre dois determinados produtos, 300 pessoas foram entrevistadas. Sabendo que $\frac{2}{3}$ do total de pessoas optou pelo produto A, $\frac{3}{5}$ do total de pessoas optou pelo produto B e 90 pessoas optaram pelos 2 produtos (A e B), quantas pessoas NÃO optaram por nenhum desses dois produtos?

- (A) 80
- (B) 50
- (C) 10
- (D) 9
- (E) 0

LEGISLAÇÃO APLICADA À EBSEH**QUESTÃO 16**

Acerca do regime jurídico da EBSEH, disciplinado na Lei nº 12.550/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 12.550/2011 autoriza a União a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, que é uma autarquia federal.
- (B) É vedado, à EBSEH, criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social.
- (C) A EBSEH terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação.
- (D) A EBSEH terá capital social da União, podendo admitir sócios, desde que entes públicos, como os Estados da federação, por exemplo.
- (E) A EBSEH é vinculada ao Ministério da Saúde.

QUESTÃO 17

No tocante ao funcionamento e à administração da EBSEH, de acordo com as disposições da Lei nº 12.550/2011, é correto afirmar que

- (A) o lucro líquido da EBSEH será totalmente reinvestido para atendimento do objeto social da empresa.
- (B) o regime de pessoal permanente da EBSEH será o estatutário.
- (C) a EBSEH, para fins de sua implantação, está autorizada a contratar, mediante processo seletivo simplificado, pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

- (D) a EBSEERH não pode patrocinar qualquer entidade de previdência privada.
- (E) os editais de concursos públicos para o preenchimento de emprego no âmbito da EBSEERH não poderão estabelecer, como título, o tempo de exercício em atividades correlatas às atribuições do respectivo emprego.

QUESTÃO 18

Nos termos do Decreto nº 7.661/2011, cabe ao Conselho Consultivo, EXCETO

- (A) opinar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da EBSEERH, orientando o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições.
- (B) propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas, orientando para que a EBSEERH atinja os objetivos para os quais foi criada.
- (C) acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da EBSEERH.
- (D) assistir à Diretoria e ao Conselho de Administração em suas funções, sobretudo na formulação, implementação e avaliação das estratégias de ação da EBSEERH.
- (E) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EBSEERH.

QUESTÃO 19

A respeito dos órgãos de administração previstos no Regimento Interno da EBSEERH, assinale a alternativa correta.

- (A) O órgão de orientação superior da EBSEERH é o Conselho Fiscal.
- (B) O Presidente da EBSEERH poderá acumular a função de Presidente do Conselho de Administração.
- (C) O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração será de dez anos, com uma recondução.
- (D) Compete ao Conselho de Administração fixar as orientações gerais das atividades da EBSEERH.
- (E) O Conselho de Administração somente deliberará com a presença de dois terços de seus membros.

QUESTÃO 20

A respeito dos órgãos de fiscalização previstos no Regimento Interno da EBSEERH, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos de fiscalização da EBSEERH são o Conselho Fiscal e o Comitê Interno de Gestão do Rehuf.
- (B) O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de dez anos sem recondução.
- (C) Em caso de renúncia, falecimento ou impedimento, os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos seus suplentes, até a nomeação de novo membro.
- (D) Auditores internos podem cumular função de gestão da EBSEERH.
- (E) A Auditoria Interna não tem autonomia para solicitar, às áreas da Sede ou das filiais, ou a unidades a ela vinculadas, quaisquer informações, devendo solicitar ao Presidente que o faça.

QUESTÃO 21

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada

- (A) de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- (B) de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, educação, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, ficando a gestão dos recursos de cada área sob a competência exclusiva do Ministério da Saúde.
- (C) pelo órgão responsável pela previdência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias para saúde e assistência social, ficando a gestão dos recursos sob a competência exclusiva do Ministério da Previdência Social.
- (D) pelo órgão responsável pela previdência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias para saúde, educação e assistência social assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- (E) de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, educação, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

QUESTÃO 22

De acordo com o que dispõe a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, acerca da estrutura e funcionamento dos Conselhos de Saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.

- (B) O Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada 90 (noventa) dias e, extraordinariamente, quando necessário, terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.
- (C) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.
- (D) Os Conselhos de Saúde, com a devida justificativa, buscarão auditorias externas e independentes sobre as contas e atividades do Gestor do SUS.
- (E) Cabe ao Conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e ao quadro de pessoal.

QUESTÃO 23

De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

- (A) receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.
- (B) receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, sendo vedada a celebração de convênios com a União e com os estados.
- (C) não receberão recursos do orçamento geral da União, mas podem celebrar convênios com a União por meio do Fundo Nacional de Saúde.
- (D) não receberão recursos do orçamento geral da União quando celebrarem convênios, por meio do Fundo Nacional de Saúde, com qualquer ente da federação.
- (E) receberão recursos do orçamento geral da União somente quando celebrarem convênios por meio do Fundo Nacional de Saúde.

QUESTÃO 24

Para efeito do Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, considera-se “Mapa da Saúde”

- (A) as instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS.
- (B) o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.
- (C) a descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, considerando-se a capacidade instalada existente, os investimentos e o desempenho aferido a partir dos indicadores de saúde do sistema.
- (D) o documento que estabelece: critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.
- (E) o conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde.

QUESTÃO 25

De acordo com o que dispõe o Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, acerca da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério da Saúde é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB.
- (B) A Comissão Intergestores Tripartite – CIT é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pelo Ministério da Previdência Social.
- (C) A Comissão Intergestores Tripartite – CIT é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas

em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pelo Ministério da Saúde.

- (D) O Ministério da Previdência Social é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB.
- (E) O Ministério da Saúde é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 26**

Uma Empresa Pública iniciará procedimento licitatório pretendendo adquirir um aparelho de Raios X, o qual é fabricado por uma única indústria, possuindo esta atestado de exclusividade expedido pelo órgão competente do local de realização da licitação. Acerca do caso hipotético, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), assinale a alternativa correta.

- (A) Nesse caso, a licitação será inexigível.
- (B) Poderá ser dispensada a licitação a critério da Administração Pública.
- (C) A licitação deverá ser realizada obrigatoriamente pela modalidade concorrência.
- (D) A licitação deverá obrigatoriamente ser dispensada.
- (E) A licitação deverá ser realizada na modalidade convite, por haver um único fornecedor.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), o contrato administrativo firmado entre a Administração Pública e o vencedor da licitação pode ser alterado unilateralmente pela administração pública

- (A) quando for necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (B) quando for necessária a modificação da forma de pagamento por circunstâncias supervenientes.
- (C) para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico, a fim de se evitar a oneração do Estado.
- (D) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (E) quando for conveniente a substituição da garantia de execução.

QUESTÃO 28

Um advogado é procurado por um cliente que objetiva a retificação de dados cadastrais junto à Justiça Eleitoral, sendo que o cliente não prefere fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Nesse caso, qual é a medida mais adequada para garantir os direitos desse cliente?

- (A) Mandado de Segurança.
- (B) Habeas Data.
- (C) Habeas Corpus.
- (D) Mandado de Injunção.
- (E) Ação Popular.

QUESTÃO 29

De acordo com o texto constitucional, em relação às limitações do poder de tributar, é vedado à União, aos Estados e aos Municípios

- (A) instituir tributos, inclusive taxas e contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, autorizada, no entanto, instituí a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- (C) instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos, assim como o papel e o prédio destinados à sua impressão.
- (D) instituir tributos, inclusive taxas e contribuições, sobre templos de qualquer culto.
- (E) utilizar tributos com efeito de confisco.

QUESTÃO 30

De acordo com o que estabelece o Código Civil em relação aos contratos de compra e venda, não podem ser comprados, sob pena de nulidade, ainda que em hasta pública, EXCETO

- (A) pelos tutores, curadores, testamenteiros e administradores os bens confiados à sua guarda ou administração.
- (B) pelos leiloeiros e seus prepostos os bens de cuja venda estejam encarregados.
- (C) os bens do cônjuge, desde que excluídos da comunhão.
- (D) pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem.
- (E) pelos juízes os bens ou direitos sobre o que se litigar em tribunal, juízo ou conselho, no lugar onde servirem, ou a que se estender a sua autoridade.

QUESTÃO 31

Um homem, movido por emoção, para salvar seu filho que fora vítima de um grave acidente, aceita pagar a um médico uma quantia muito além do que normalmente é praticado, sendo que o médico sabia da condição emocional desse homem. Nesse sentido, pode-se anular o referido contrato, alegando-se

- (A) dolo acidental.
- (B) coação.
- (C) estado de perigo.
- (D) lesão.
- (E) dolo do representante legal.

QUESTÃO 32

O proprietário de um imóvel rural, o qual se encontra arrendado, ao saber da ocorrência da turbação da posse do imóvel, pretende buscar uma solução pela via judicial para resguardar seus direitos diante do esbulho iminente. Nesse caso, o proprietário do imóvel

- (A) poderá ingressar com Ação de Interdito Proibitório por ter consigo a posse indireta do imóvel.
- (B) poderá ingressar com Ação de Reintegração de Posse.
- (C) poderá ingressar com Ação de Imissão da Posse, já que a posse direta é do arrendatário.
- (D) não poderá ingressar com Ação judicial, já que esse direito assiste apenas ao arrendatário, possuidor direto do imóvel.
- (E) poderá ingressar com Ação de Reintegração de Posse, se o arrendatário o autorizar expressamente, já que este é quem exerce a posse direta.

QUESTÃO 33

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado que não houver faltado injustificadamente ao serviço mais que 5 (cinco) vezes terá direito a férias de 30 (trinta) dias corridos.
- () Na modalidade de regime de tempo parcial, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na proporção de 18 (dezoito) dias, para a duração de trabalho semanal superior a 20 (vinte) horas, até 22 (vinte e duas) horas.
- () As faltas do empregado ao serviço poderão ser descontadas do período de férias, ficando a opção a cargo do empregador.
- () O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de 7 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – F – V.

QUESTÃO 34

De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), nos que diz respeito aos atos processuais e em relação às nulidades, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- (B) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar-lhe a finalidade.
- (C) As nulidades, com exceção daquelas que o juiz deva decretar de ofício, poderão ser alegadas a qualquer momento nos autos, inclusive sendo insuscetíveis de preclusão.
- (D) Anulado o ato, o juiz poderá considerar sem nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam.

- (E) O erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos, mesmo os que possam ser aproveitados sem prejuízo de defesa à parte contrária.

QUESTÃO 35

Um advogado ajuíza uma reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de primeiro grau, a qual, no mérito, é julgada improcedente. Sabendo que não há obscuridade, contradição ou omissão na sentença esse advogado poderá

- (A) opor Embargos de Declaração.
- (B) interpor Recurso de Revista à instância superior.
- (C) interpor Recurso Especial.
- (D) interpor Recurso Ordinário à instância superior.
- (E) interpor Apelação.

QUESTÃO 36

No que diz respeito aos Embargos à Execução no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) O executado só poderá se opor à execução por meio de embargos quando houver a penhora, depósito ou caução.
- (B) Recebidos os embargos, o exequente será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias.
- (C) Nos embargos à execução, o executado não poderá alegar incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.
- (D) O juiz rejeitará liminarmente os embargos nos casos de indeferimento da petição inicial e de improcedência liminar do pedido.
- (E) Os embargos à execução sempre terão como regra efeito suspensivo.

QUESTÃO 37

Acerca do controle de constitucionalidade, qual dos legitimados a seguir precisa comprovar pertinência temática para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade?

- (A) Presidente da República.
- (B) Conselho Federal da OAB.
- (C) Entidade de classe de âmbito nacional.
- (D) Mesa do Senado Federal.
- (E) Mesa da Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 38

Acerca da organização do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete privativamente aos Tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.
- (B) Ao poder judiciário, é assegurada apenas autonomia administrativa.
- (C) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 2 (dois) anos do afastamento do cargo, aposentadoria ou exoneração.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça compõem-se de 10 (dez) membros com mandato de 3 (três) anos, não se admitindo a recondução.
- (E) Para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, é exigida a idade mínima de 30 (trinta) anos.

QUESTÃO 39

Assinale alternativa que apresenta apenas princípios que regem a ordem econômica e financeira expressamente previstos como tal na Constituição Federal.

- (A) Garantia de padrão de qualidade e propriedade privada.
- (B) Diversidade das expressões culturais e busca do pleno emprego.
- (C) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família e garantia de padrão de qualidade.
- (D) Não intervenção e livre concorrência.
- (E) Busca do pleno emprego e redução das desigualdades regionais e sociais.

QUESTÃO 40

A respeito das disposições constitucionais acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
- (B) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- (C) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

- (D) Na vigência do estado de sítio decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderão ser tomadas contra as pessoas as medidas consistentes em detenção em edifício destinado a acusados ou condenados por crimes comuns e intervenção em empresas privadas.
- (E) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a vinte dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 41

O gestor de uma empresa pública constatou a necessidade de firmar contrato com vistas à edificação de uma nova sede. O valor total da obra foi estimado em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Diante disso, determinou a realização de procedimento licitatório pela modalidade tomada de preços. Com base neste caso hipotético, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A modalidade de licitação adotada pelo gestor está correta, de modo que a única forma de extinção do ato administrativo em questão seria a anulação por motivos de conveniência e oportunidade.
- () A modalidade de licitação adotada pelo gestor não está correta e, em vista disso, o ato administrativo a ela relativo deve ser revogado em virtude da nulidade.
- () Para esse tipo e valor de contratação, a modalidade licitatória deveria ser a concorrência.
- () Uma vez publicado o edital, o gestor não poderá promover nem a sua anulação e nem a sua revogação, ainda que não tenha sido praticado qualquer ato posterior à publicação.

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – V – V.

QUESTÃO 42

O prefeito de um município institui uma taxa a ser cobrada pela utilização de determinado serviço público através da Lei Municipal nº 1/2015, que foi publicada em 16 de novembro de 2015 e entrou em vigor na mesma data. Em 5 de janeiro de 2016 foi efetuado o lançamento do referido tributo contra um contribuinte, em virtude de utilização potencial do serviço em questão, que foi constatada pelo fisco em 4 de janeiro de 2016. Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município não poderia instituir essa espécie de tributo, pois a competência para instituir taxa é da União.
- (B) Uma vez que a Lei Municipal nº 1 foi publicada no exercício de 2015 e o lançamento e cobrança ocorreram no exercício posterior, não houve qualquer violação à limitação do poder de tributar.
- (C) O lançamento é nulo, pois não se admite, no sistema tributário nacional, a cobrança de taxa em virtude de utilização potencial de serviço público.
- (D) A criação dessa espécie tributária depende de lei complementar.
- (E) A referida taxa poderia ser cobrada em virtude de utilização efetiva ou potencial do serviço público ocorrida em 17 de fevereiro de 2016.

QUESTÃO 43

A respeito das obrigações, de acordo com as disposições constantes no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (B) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (C) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, independentemente de culpa do devedor, lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- (D) Nas obrigações de dar coisa incerta, a coisa será indicada, pelo gênero, restando indefinida a quantidade.
- (E) Em caso de obrigações alternativas, quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida na data da avença.

QUESTÃO 44

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; os de uso especial, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades; os dominicais, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (B) Os bens de uso comum do povo podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (C) Bens públicos dominicais constituem-se no patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades e podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (D) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.
- (E) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito.

QUESTÃO 45

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos expressamente na Constituição Federal, EXCETO

- (A) fundo de garantia do tempo de serviço.
- (B) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (C) aposentadoria.
- (D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em vinte por cento à do normal.
- (E) proteção em face da automação, na forma da lei.

QUESTÃO 46

Acerca das disposições do Código Civil, no que tange à prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) A sucessão interrompe a prescrição.
- (B) Pendendo ação de evicção, não corre a prescrição.
- (C) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, suspende a prescrição.
- (D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- (E) A pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos prescreve, em três anos.

QUESTÃO 47

João ajuizou ação visando obter reparação de danos decorrentes de ato ilícito praticado por Pedro. Recebida a ação, Pedro foi citado e apresentou, tempestivamente, a contestação. Após a tramitação do processo, a juíza, proferiu sentença de improcedência do pedido e as partes foram devidamente intimadas. Apesar de não concordar com os fundamentos da sentença, João deixou transcorrer *in albis* o prazo para apelação e a sentença transitou em julgado. No entanto, João foi informado de que Pedro e a juíza são casados há 20 anos. Sabendo que o trânsito em julgado ocorreu há um ano, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há qualquer impedimento no fato de a juíza ter exercido suas funções em processo em que Pedro figure como parte.
- (B) Visando obter nova decisão judicial, João deverá propor ação rescisória, fundamentada no fato da sentença ter sido proferida por juiz impedido.
- (C) Tendo em vista o trânsito em julgado, João não poderá submeter novamente a causa à apreciação do judiciário, sob pena de ofensa à coisa julgada.
- (D) João poderá apresentar recurso de apelação, ainda que intempestivamente, considerando que a decisão foi proferida por juiz impedido.
- (E) Poderá ser apresentada exceção de impedimento por João, em virtude de ser parte no processo o cônjuge da juíza.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa que apresenta os prazos prescricionais no processo do trabalho previstos na Constituição Federal.

- (A) Os créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em três anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) Prescreve em cinco anos o direito de ação para pleitear créditos resultantes das relações de trabalho para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (C) O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em três anos para os trabalhadores rurais e em cinco anos para os trabalhadores urbanos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (D) É imprescritível o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho.
- (E) O prazo prescricional para a propositura de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho é de 10 anos.

QUESTÃO 49

No processo do trabalho, o prazo para ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave é de

- (A) sessenta dias contados da data da suspensão do empregado, podendo ser interrompido por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (B) trinta dias contados da data da notificação do empregado, podendo ser interrompido por despacho do juiz que ordenar a citação.
- (C) trinta dias contados da data da suspensão do empregado, não podendo ser interrompido ou suspenso.
- (D) trinta dias contados da data da suspensão do empregado, podendo ser suspenso por despacho do juiz que ordenar a citação.
- (E) sessenta dias contados da data da suspensão do empregado, não podendo ser interrompido ou suspenso.

QUESTÃO 50

A respeito das nulidades, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- (B) As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.
- (C) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar-lhe a finalidade.
- (D) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- (E) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.